

Brasília-DF, 19 de março de 2026

"Juro alto é uma questão de escolha entre o rentismo e o desenvolvimento", afirma Reginaldo da CNTI



José Reginaldo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Foto: NCST

"Redução de 0,25 ponto percentual não é alívio, não é mudança. É óbvio que isso é maquiagem. Nós estamos falando de manutenção de um modelo que estrangula a economia e penaliza de fato quem trabalha e produz".

Em entrevista exclusiva à Hora do Povo, o presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), José Reginaldo, considera que, nesse período de instabilidade internacional, de genocídio na Palestina, no Irã, de invasão à Venezuela e de ameaças a Cuba, o governo deveria reduzir, de maneira significativa, os juros, como forma de defender a indústria e os direitos sociais dos trabalhadores. Confira a íntegra a seguir:

HP – O que acha da propalada pressão da mídia para o Banco Central não intensificar a redução dos juros?

JR – A gente pode dizer, com todas as letras, que não existe neutralidade na política de juros no país. Isso é uma escolha, de política econômica, de proteger o capital financeiro e desproteger o desenvolvimento do país. E isso tem nome: transferência de renda para o sistema financeiro, do povo para o sistema financeiro.

Traduzindo para a vida real, os juros altos significam crédito caro, investimento travado, indústria parada, significa que máquinas não serão compradas, que não haverá aporte de modernização na indústria, que não haverá reindustrialização. Significa o estímulo à informalidade, à pejotização.

HP – Você acha que é possível ter uma redução significativamente maior?

JR – Há a possibilidade real da queda da taxa de juros

como elemento de fortalecimento do investimento público, de propulsão, por exemplo, da indústria brasileira, de anteparos que fortaleçam direitos sociais.

A mídia e setores econômicos do governo, há algum tempo, vêm já fazendo uma concertação, aceitando uma redução na casa de 0,25 p.p., quando o país continua operando com juros na casa de 15% ou próximo disso. É óbvio que isso não é alívio, não é mudança. É óbvio que isso é maquiagem. Nós estamos falando de manutenção de um modelo que estrangula a economia e penaliza de fato quem trabalha e produz. O rentismo passa a ser a lógica.

HP – E o combate à inflação?

JR – A inflação sobe por causa de fatores externos. A resposta interna não pode ser aumentar e deixar juros nas alturas, ou diminuir de modo, vamos dizer, quase como uma maquiagem ou algo semelhante. A política de juros não resolve a questão da inflação, porque os fatores determinantes são os preços internacionais das commodities, em função da guerra. Nós temos uma inflação de custos de energia, câmbio, alimentos, e petróleo.

Além do quê, essa forma oligopolizada dominando o mercado reduz a demanda. Eles se combinam e aumentam os preços. São cinco empresas tomando conta do setor de saneamento.

Quando a inflação tem esse tipo de origem, elevar juros produz efeitos colaterais muito severos.

HP – Mesmo nessa conjuntura internacional?

JR – O trabalhador brasileiro não declarou essa guerra. Quem declarou essa guerra, essa invasão, esse genocídio na Palestina, agora também no Irã, não tem a participação de nenhuma classe trabalhadora, seja ela brasileira, seja ela mundial. A indústria brasileira não provocou essa crise e está sofrendo com ela.

A instabilidade internacional existe em função das tensões envolvendo Israel e os Estados Unidos atacando o Irã. Não bastasse o que já fizeram e estão fazendo em Gaza, na Palestina, não bastasse o que fizeram e estão fazendo na Venezuela, agora essa ameaça a Cuba.

HP – Na sua avaliação, quais as consequências dessa política de juros altos?

JR – Cada ponto de juros significa bilhões de reais, dinheiro que poderia ser investido em hospital, escola, infraestrutura, política industrial. Mas vai parar no bolso de quem vive de renda financeira, praticamente

Brasília-DF, 19 de março de 2026

bombeando o coração do rentismo. É muito grave isso.

Nós sabemos também que, com a economia travada, cresce a informalidade. Nós temos aí, nesse modelo de “controle inflacionário”, um indutor que provoca uma fragmentação das bases do movimento sindical, uma dificuldade na própria mobilização. A pressão patronal passa a ser maior, usando como justificativa os custos das empresas.

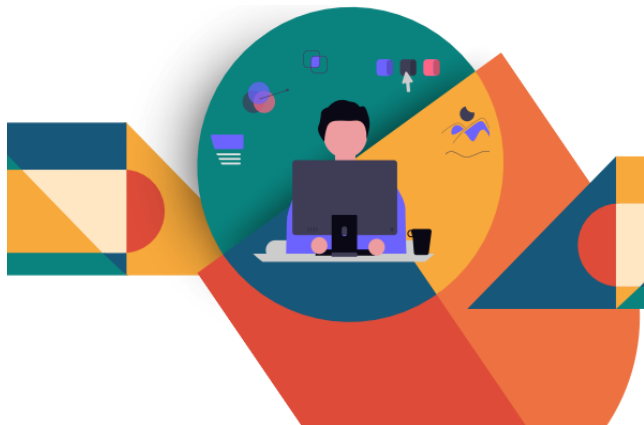
Em síntese, nós temos que escolher o modelo de país, um país que vive da produção, da indústria, de serviços essenciais para a sua população, de proteção e políticas públicas, ou um país que vive pagando juros para especulador, para rentista.

O povo brasileiro não tem que pagar com desemprego, precarização, arrocho, o preço das guerras do mundo e dos lucros do rentismo.

Fonte: Hora do Povo

MTE lança manual para orientar gestão de riscos ocupacionais nas empresas

Publicação traz orientações sobre a aplicação da NR-1 e aborda também o gerenciamento de riscos psicossociais no ambiente de trabalho



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou o [Manual de Interpretação e Aplicação do Capítulo 1.5 da Norma Regulamentadora nº 1 \(NR-1\)](#), que trata do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). O objetivo da publicação é orientar empregadores, trabalhadores, profissionais de segurança e saúde no trabalho e demais atores sociais na implementação de um sistema de gestão voltado à prevenção de riscos no ambiente de trabalho.

O material apresenta orientações técnicas e

interpretativas sobre como identificar, avaliar e gerenciar riscos ocupacionais, contribuindo para a correta aplicação das atualizações recentes da NR-1. Entre os temas abordados está também o gerenciamento dos riscos psicossociais, que incluem fatores relacionados à organização do trabalho que podem impactar a saúde mental dos trabalhadores.

A iniciativa faz parte das ações do MTE para fortalecer a cultura de prevenção e incentivar a criação de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis. As orientações também reforçam a importância da adoção de medidas preventivas e da gestão contínua dos riscos ocupacionais nas organizações.

O lançamento do manual está alinhado às ações da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT) 2026, que terá como tema Prevenção dos Riscos Psicossociais no Trabalho, ampliando o debate sobre saúde mental e trabalho digno.

[O material está disponível para consulta e download aqui.](#)

Fonte: MTE

Centrais Sindicais defendem sindicatos para implementar redução da jornada e fim da escala 6x1

Entenda a importância dos sindicatos na luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho sem perdas salariais.



Sindicatos, centrais sindicais e políticos cobram redução da jornada e fim da escala 6x1 em plenária no RS

O trigésimo artigo do dossiê “Fim da Escala 6x1 e Redução da Jornada de Trabalho”, organizado pelo Organizado pelo Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) em parceria com as centrais sindicais, aborda o tema: “Sindicatos para

Brasília-DF, 19 de março de 2026

fazer valer direitos: e lutar por mais". O artigo é assinado por Miguel Eduardo Torres, Ricardo Patah, Antonio Neto, João Carlos Gonçalves (Juruna), Francisco Canindé Pegado e Álvaro Egea.

O texto defende que a luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada sem redução salarial é uma demanda histórica da classe trabalhadora e precisa estar articulada ao fortalecimento dos sindicatos e da negociação coletiva.

Os autores afirmam que a precarização das relações de trabalho, agravada pela Reforma Trabalhista de 2017 e pela expansão da informalidade e do trabalho por aplicativos, reforça a urgência desse debate.

O artigo também recupera a trajetória das lutas sindicais pela redução da jornada, como a conquista das 44 horas semanais na Constituição de 1988. Para os autores, o tema deve fazer parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento nacional, com geração de empregos, valorização salarial e ampliação da proteção social.

Leia aqui o artigo: [Sindicatos para fazer valer direitos: e lutar por mais](#)

Fonte: Rádio Peão Brasil

Quanto tempo você precisa trabalhar para comprar comida? Veja as horas por capital

Pesquisa da Conab e do Dieese também mostra quanto do salário mínimo é gasto com alimentos.



Você já parou para pensar quantas horas por mês é preciso trabalhar para comprar comida? Ou que porcentagem do salário mínimo é gasta com alimentos básicos?

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) faz esse cálculo para cada capital do país, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O relatório de fevereiro mostrou que São Paulo é a capital onde as pessoas precisam trabalhar mais horas por mês para comprar alimentos da cesta básica: 115 horas e 45 minutos. Em seguida aparecem Rio de Janeiro (112h14) e Florianópolis (108h14).

Na outra ponta do ranking está Aracaju, onde são necessárias 76 horas e 23 minutos de trabalho para comprar a cesta básica.

Tempo gasto para comprar comida

Número de horas de trabalho necessárias por mês para adquirir alimentos

Por capital (por horas)

São Paulo	115h45
Rio de Janeiro	112h14
Florianópolis	108h14
Cuiabá	107h44
Porto Alegre	106h47
Campo Grande	105h54
Vitória	102h37
Curitiba	101h11
Belo Horizonte	100h01
Goiânia	99h16
Brasília	96h38
Palmas	94h22
Fortaleza	94h03
Belém	91h29
Macapá	89h41
Boa Vista	89h28
Teresina	88h02
Rio Branco	85h45
São Luís	85h30
Manaus	85h21
João Pessoa	83h58
Salvador	83h52
Natal	83h43
Recife	83h04
Maceió	81h58
Porto Velho	81h40
Aracaju	76h23

g1 Fonte: Companhia nacional de abastecimento (Conab) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)
 Infográfico elaborado em: 16/03/2026

Matéria completa:

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2026/03/17/quanto-tempo-voce-precisa-trabalhar-para-comprar-comida.ghtml>

Fonte: G1



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL

Filiada à



www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 19 de março de 2026

1º de Maio descentralizado fortalece as bases e amplia a mobilização dos trabalhadores, destaca Nova Central



Nesta segunda-feira (16), as centrais sindicais brasileiras definiram que, em 2026, o Dia do Trabalhador será realizado em formato descentralizado, substituindo o tradicional ato unificado por mobilizações organizadas nas bases e em diversas regiões do país.

A iniciativa, construída de forma coletiva, busca ampliar a proximidade com os trabalhadores e fortalecer a atuação sindical nos locais de trabalho. A Nova Central Sindical de Trabalhadores tem papel ativo nesse processo, incentivando a participação das categorias e promovendo ações que dialoguem diretamente com a realidade da classe trabalhadora.

Para a Nova Central, o novo formato representa um avanço na estratégia de mobilização. "É fundamental fortalecer as bases, ouvir os trabalhadores e dar visibilidade às demandas reais de cada categoria. A descentralização amplia a participação e reforça o papel do movimento sindical na defesa de direitos", destaca Sônia Zerino, presidente da Nova Central.

Entre as principais reivindicações estão a redução da jornada de trabalho, o fim da escala 6x1, a regulamentação do trabalho por aplicativos e o combate à pejotização. Também integram a pauta o direito à negociação coletiva para os servidores públicos e o enfrentamento ao feminicídio, reafirmando o compromisso das centrais com a justiça social e a valorização do trabalho.

A definição do novo formato ocorre em um contexto de avaliação das mobilizações recentes, especialmente em grandes centros urbanos. Como parte do calendário de lutas, as centrais também promoverão, em Brasília, atividades de mobilização e diálogo institucional, com a entrega de pautas prioritárias ao governo federal e ao Congresso Nacional.

Fonte: NCST



<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-03/bc-reduz-juros-basicos-para-1475-ao-ano>



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES



- EM DEFESA DA VIDA, CONTRA O FEMINICÍDIO.
- REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
- FIM DA ESCALA 6X1

7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Estado de São Paulo

DATA: 20/03 ÀS 09:0H

LOCAL: SEDE DA NCST - SP, R. SILVEIRA MARTINS, 53 - 1º ANDAR - SÉ, SÃO PAULO CEP: 01019-000

INFORMAÇÕES E TELEFONES:
CNTI SP: (11) 3105-7540
NCST SP: (11) 3271-6393

2026

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO- CNTI

INSCREVA-SE AQUI!